

Esperança

MÁRIO QUINTANA

Lá bem no alto do décimo segun-
do andar do Ano
Vive uma louca chamada
Esperança
E ela pensa que quando
todas as sirenas
Todas as buzinas
Todos os reco-reco tocarem
Atira-se
E
— ó delicioso vôo!
Ela será encontrada
miraculosamente incólume
na calçada,
Outra vez criança...
E em torno dela indagará
o povo:
— Como é teu nome,
meninazinha de olhos verdes?
E ela lhes dirá
(É preciso dizer-lhes tudo de
novo!)
Ela lhes dirá bem devagarinho,
para que não esqueçam:
— O meu nome é
ES-PE-RAN-ÇA...



A Diretoria do Sindicato deseja a todos os bancários e bancárias, como disse Dom Hélder Câmara,
**Que o ano seja novo, de fato: iluminemos de justiça,
solidariedade e teimosa esperança, cada ato**

Assembléia aprova orçamento para 2007

Previsão de receitas

As receitas do Sindicato previstas para 2007 são as seguintes:

Grupamentos da receitas	Valor (em R\$)
Contribuição Sindical (Imposto Sindical)	1.800.000,00
Mensalidade dos Sindicalizados	3.600.000,00
Desconto Assistencial	400.000,00
Outras Receitas	400.000,00
Total das Receitas:	6.200.000,00

Contribuição sindical — Conhecida como “Imposto Sindical”, é cobrada no mês de março de todos os bancários, sindicalizados ou não, com valor equivalente à de um dia de trabalho.

Mensalidades — São contribuições voluntárias dos bancários sindicalizados do Distrito Federal, recolhidas mediante consignação em folha de pagamento equivalente a 1% do salário de cada um, com teto de R\$ 58,27, conforme decisão de assembléia geral extraordinária. O teto é reajustado com base nos aumentos salariais.

Desconto assistencial — Decididas em assembléia, são contribuições feitas ao final da campanha salarial para cobrir os custos extraordinários campanha.

Outras receitas — Nessa rubrica são contabilizadas receitas de naturezas diversas, como por exemplo aluguel de espaços do teatro, receitas processuais, financeiras, ressarcimentos de telefone e outros serviços.

Previsão de despesas

As despesas do Sindicato para 2007 estão orçadas nas seguintes rubricas:

Grupamentos das despesas	Valor (em R\$)
Campanha salarial e negociação coletiva	484.000,00
Defesa da liberdade e autonomia sindicais	1.149.000,00
Divulgação das iniciativas do Sindicato	926.000,00
Estruturação material do Sindicato	925.000,00
Utilização de recursos humanos	2.050.000,00
Gastos institucionais eleição de 2007	150.000,00
Obrigações	286.000,00
Reserva para contingência	230.000,00
Total	6.200.000,00

A assembléia geral da categoria realizada no dia 12 de dezembro aprovou o Plano Orçamentário do Sindicato para 2007. O Informativo Bancário publica aqui um resumo das previsões de receitas e despesas da entidade. “É uma forma de prestar contas à categoria e dar transparência à gestão do Sindicato”, diz o secretário financeiro João Batista Machado.



Campanha salarial — Essa conta registra todas as despesas decorrentes da campanha salarial e das negociações com os banqueiros, realizadas em conjunto com os demais sindicatos do país. Aí estão incluídos os gastos com realização de seminários, congressos distrital e nacionais, encontros de bancos, assembléias, infra-estrutura para as mobilizações e paralisações, material impresso do Sindicato durante a campanha, inserções publicitárias em rádio e TV, cartazes, outdoors etc..

Defesa da liberdade e autonomia sindicais — Agrupa as despesas com a participação do Sindicato nas lutas gerais dos trabalhadores pela defesa de seus interesses comuns, como liberdade e autonomia sindicais, contribuições financeiras às entidades às quais o Sindicato é filiado, como CUT, Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo financeiro (Contraf/CUT), Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro-Norte (Fetec), além de repasses por serviços de assessoria e consultoria prestados por instituições construídas pelo movimento sindical, principalmente o Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos). Aqui também são contabilizadas as despesas com a liberação de dirigentes quando os bancos de origem não arcam com os seus proventos e assinaturas de periódicos de interesse dos trabalhadores, como o jornal editado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), que acompanha a atuação do Congresso Nacional.

Divulgação — Esse grupamento de contas contempla a comunicação entre o Sindicato e a categoria e entre o Sindicato e a sociedade. Inclui a participação nas publicações de caráter nacional específicas por banco; as

despesas com as comemorações das datas festivas dos bancários e a confecção de faixas de divulgação e convocação; gastos com reuniões, encontros e congressos nacionais da categoria sobre as campanhas permanentes por bancos e sobre temas específicos, como saúde, condições de trabalho, segurança bancária, assédio moral, igualdade de oportunidades etc.

Estruturação material do Sindicato — A manutenção da estrutura física e material está aqui abrangida, exceto a utilizada exclusivamente no grupamento da campanha salarial e negociação coletiva e das eleições sindicais. Para atender a base sindical onde trabalham cerca de 20 mil bancários e prestadores de serviços terceirizados, espalhados em milhares de dependências em todo o DF, o Sindicato precisa ter uma estrutura material adequada, tecnologia moderna e equipamentos, para suporte técnico de comunicação e transporte.

Recursos humanos — É o maior grupamento das despesas. Além da folha de pagamento aí estão incluídas as prestações de serviços com assessoria jurídica, comunicação, contabilidade, saúde e serviços de segurança.

Eleições do Sindicato — Gastos estimados para custear a realização das eleições da nova Diretoria do Sindicato para o triênio 2007/2010, com transporte, mesários, edital e estrutura de informática.

Obrigações — Representam dívidas previstas para serem saldadas em 2007 e outras despesas para manutenção de contas bancárias, recolhimento da CPMF, IOF e Refis.

Reserva para contingência — São valores contingenciais para atender às necessidades emergenciais do Sindicato em 2007.

Um ano de grandes conquistas para os funcionários do BRB

O ano de 2006 foi de vitórias e grandes conquistas para os funcionários do BRB. A mais importante delas foi a consolidação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) para o banco, quebrando a intransigência da diretoria e do seu negociador, que insistiam em negar qualquer reajuste na data-base.

“É importante ressaltar que a extensão da CCT para ao BRB se deu em função da luta dos seus funcionários, que conscientemente aderiram à greve nacional da categoria, mostrando para a direção do banco que uma relação baseada em ameaças não surte efeito e que resultados favoráveis a ambos os lados só surgem mediante diálogo”, frisou **André Nepomuceno**, diretor do Sindicato.

João Batista Machado, também diretor do Sindicato, complementa: “Em 2007, te-

remos nova direção à frente do banco. Esperamos que a nova diretoria tenha uma me-

lhor relação com o quadro funcional, evitando confrontos desnecessários”.



Encontro dos delegados sindicais, que definiu as diretrizes da campanha salarial no banco para 2006.

Funcionários conquistam **PCS** Regius precisa ser democratizada



Sindicato protesta pelo PCS durante evento em comemoração aos 40 anos do BRB.

Após longa batalha que durou mais de quatro anos, finalmente em julho deste ano os funcionários conquistaram o novo Plano de Cargos e Salários (PCS), corrigindo algumas distorções na estrutura salarial no BRB, especialmente na equiparação do piso com o Banco do Brasil.

É fato que, embora tenha melhorado a situação dos salários no banco, persistem ainda graves problemas, como a falta de isonomia entre novos e antigos e a não valorização

devida das funções dos PAs.

“O governador Arruda afirmou em carta e reafirmou em debate com os funcionários a necessidade de correção de distorções via mudanças no PCS. O Sindicato, já na primeira hora de janeiro, cobrará do governo esta discussão (foi inclusive enviado ofício à equipe de transição tratando do tema). Nossa expectativa é de que o novo governo cumpra com sua palavra”, explica **Kleyton Moraes**, diretor do Sindicato.

O governador Arruda afirmou também em debate com os funcionários do BRB que a Regius é uma instituição da qual banco e bancários são sócios, o que significa que os dois contribuem na mesma proporção para a formação das reservas que farão face à contemplação de aposentadorias, motivo pelo qual, no entender dele, é perfeitamente razoável e factível haver eleições diretas para a diretoria da Regius.

Essa postura será objeto de cobranças e negociações do Sindicato com o novo governo. “A democratização da Regius é elemento que traz mais segurança e transparência em sua gestão, evitando o seu uso para operações contrárias à saúde financeira do fundo de pensão, a exemplo de Corumbá IV e FIDC/FCVS, que consumiram mais de 40 milhões de reais em recursos, com retorno incerto”, afirma **Antonio Eustáquio**, diretor do Sindicato e Conselheiro Fiscal (eleito) da Regius.



Terceirização feita pelos bancos é ilegal, acusa Ministério Público

Na sede do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em Brasília, no último dia 11 de dezembro, foi entregue o relatório resultante do processo nacional de fiscalização realizado pelo MTE, a partir das denúncias encaminhadas no ano de 2005.

O material foi produzido a partir das fiscalizações realizadas por uma força-tarefa multidisciplinar composta de auditores do trabalho, engenheiros em segurança e medicina do trabalho, em automação e tecnologia, entre outros. A equipe foi coordenada pela doutora Ruth Beatriz de Vasconcelos Vilela, secretária de Inspeção do Trabalho. Outro órgão importante no enfrentamento da terceirização é o Ministério Público do Traba-



Rodrigo Britto (à direita) representa o Sindicato em reunião realizada no MTE

lho, por meio do setor de combate às fraudes nas relações trabalhistas.

O processo se iniciou em 1º de maio de 2005, quando a Confederação Nacional e representantes de sindicatos de bancários entregaram um levantamento de denúncias ao então ministro

Ricardo Berzoini. A partir daí, foi criada a força-tarefa multidisciplinar do MTE que visitou postos de serviço das terceirizadas para verificar as condições de trabalho, avaliar os contratos, fazer levantamento da legislação e entrevistar funcionários dos bancos e das prestadoras.

Nesta primeira fase, as áreas fiscalizadas foram as relacionadas com retaguarda, tesouraria e compensação bancárias, o que quer dizer processamento, autenticação e compensação de cheques, malotes e material entregue em caixas eletrônicos, além de transporte de valores de empresas contratadas pelos bancos Bradesco, Unibanco e ABN Amro. De imediato, foram identificados 6 mil bancários que trabalham para esses bancos sem o respeito à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

Se antes havia denúncias dos sindicatos e jurisprudência de ações isoladas na Justiça do Trabalho, agora há um parecer do MTE que responsabiliza exclusivamente os bancos pela ilegalidade.

Bancários do BRB aprovam PPR

Em assembléia realizada na sede do Sindicato no último dia 20, os bancários do BRB aprovaram o regulamento do Programa de Participação nos Resultados, o PPR, para o primeiro semestre de 2007. O regulamento agora se converterá em aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho 2006/2007 e irá vigorar de 1º de janeiro a 30 de junho do ano que vem.

O regulamento, apresentado pelo banco em negociação na última sexta-feira 15, apresenta algumas alterações e mantém os valores da tabela do atual programa corrigidos em 3,5%, índice que reajustou todas as verbas salariais na última campanha salarial, e aplicado inclusive sobre a tabela do PPR – alteração reivindicada pelo Sindicato e atendida pelo banco.

As principais modificações incluem: estabelecimento de uma faixa intermediária de premiação, antiga reivindicação dos funcio-

nários; instituição de uma premiação extra para os pontos de atendimento, baseada no atingimento das metas, que será destinada somente aos pontos de atendimento, desde que ultrapassem aquelas contratadas (mais detalhes na assembléia); definição de metas sobre produtos exclusivamente do banco comercial e da CFI, medida considerada correta pelo Sindicato por priorizar produtos de próprio banco, evitando a concorrência de produtos de empresas parceiras, todavia permanecendo o modelo próprio de premiação – por exemplo: comissão sobre venda de seguros, entre outros.

Haverá uma reunião do Comitê de Custos com os gestores nas dependências para o estabelecimento de metas que sejam de possível alcance, uma vez que estará dentro da realidade de cada superintendência, de cada agência.

Sindicato reivindica retificação no acordo de PLR

O Sindicato enviou à direção do BRB, no último dia 21, uma nova redação para o acordo de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), referente ao segundo semestre de 2006 e a 2007. A nova redação, além da retificação do critério de distribuição linear constante no acordo em vigor, pede o aperfeiçoamento do modelo, “bastando para tanto agregar as regras que regem o PPR, as quais, para efeito de distribuição dos resultados, utilizam-se de instrumentos mais justos”, como lembra o diretor do Sindicato Kleyton Moraes.